

## Resenha bibliográfica (II)

### Dinâmica populacional e desenvolvimento econômico

MANOEL AUGUSTO COSTA  
ANNIBAL VILLANOVA VILLELA

SINGER, Paul I. *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento* (São Paulo, Ed. CEBRAP), 1970, 251 p., Tese de Livre Docência — Universidade de São Paulo.

Na “Dinâmica Populacional e Desenvolvimento”, Paul Singer aborda um dos temas mais controvertidos do mundo moderno — as inter-relações do crescimento populacional com o desenvolvimento econômico.

Com o propósito de situar o leitor e permitir melhor acompanhamento de sua obra, o autor apresenta conceitos, definições e interpretações do desenvolvimento econômico em seis dos dez capítulos.

De forma clara e precisa, deixa imediatamente patenteado que a força da sua concepção repousa fundamentalmente na necessidade das modificações estruturais e institucionais da economia, e alterações na divisão internacional do trabalho.

Desde êsse ponto de vista, e considerando (em princípio) a inviabilidade de as nações não desenvolvidas obterem vantagens nas

*Nota da Redação — Annibal Villanova Villela é Superintendente de Pesquisas do IPEA, foi consultor do Banco Mundial, professor do Instituto de Desenvolvimento Econômico do BIRD, professor visitante das Universidades de Vanderbilt e da Universidade Central da Venezuela, professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, tendo já chefiado o Setor de Estudos Monetários e Fiscais do BNDE e o Setor de Estudos Industriais da CNI.*

*Manoel Augusto Costa faz parte do quadro “senior” do IPEA/INPES, fez cursos de Analista e Investigador em Demografia no CELADE/ONU, foi professor da PUC no Rio de Janeiro e ensina na Escola Nacional de Ciências Estatísticas.*

---

Pesq.	Plan.	Rio de Janeiro,	1 (1):	161-167	jun./nov.	1971
-------	-------	-----------------	--------	---------	-----------	------

---

relações de troca internacionais, elabora um modelo de economia que se caracteriza por ser hermético, que se auto-abastece e sustenta, tendo como força propulsora o setor de subsistência.

Esta colocação teórica constitui o traço marcante da obra, mas, ao mesmo tempo, torna-a abstrata e irrealista. Rigorosamente, trata-se mais de um livro de Ciência Política-Demografia do que de Economia-Demografia.

É nesse contexto teórico que o autor pesquisa as relações existentes entre população e desenvolvimento.

A trajetória percorrida por Singer é sinuosa, a utilização de estatísticas primárias e elaboradas é freqüente e a conclusão a que chega é praticamente previsível ao início do trabalho, dado o modelo e conceitos adotados.

“Dinâmica Populacional e Desenvolvimento” constitui um excelente exercício lógico a respeito do assunto, mas não chega a se constituir em contribuição pragmática, nem inédita, sobre a matéria, o que talvez não tenha sido o objetivo do autor.

“A principal conclusão do nosso trabalho” – sintetiza o autor – “não é que o crescimento populacional seja sempre benéfico para o desenvolvimento, mas que a avaliação do seu papel deve ser feita à luz das condições específicas em que cada país se encontra”.

Criteriosamente, Paul Singer repete as mesmas advertências de quase todos os estudiosos do assunto, o que se tem constituído no mais sério óbice para tornar as concepções de política populacional em algo operacional e realístico.

Històricamente, estamos no mesmo debate a que fomos lançados por Malthus no final do século XVIII.

A análise detida do trabalho permite efetuar algumas observações extremamente interessantes:

Rigorosamente, o autor não coloca em debate os temas centrais da discussão contemporânea:

a) Qual o ritmo de crescimento vegetativo ótimo das populações de países subdesenvolvidos (ou no primeiro estágio de desen-

volvimento), para atingir, no menor intervalo de tempo, níveis de bem-estar satisfatórios para as populações?

b) Como diminuir rapidamente as diferenças mundiais quanto aos níveis de bem-estar, diante do intenso ritmo de crescimento vegetativo populacional que se observa no mundo não desenvolvido?

Ao introduzir-se na problemática o autor adverte de que as teorias neo-malthusianas são aplicadas exclusivamente a países não desenvolvidos, graças à confusão reinante entre crescimento e desenvolvimento econômico. Com esta afirmativa, o autor nos induz a pensar que basta salientar as diferenças entre os dois conceitos, e facilmente concluiremos que não deve haver preocupações com as questões populacionais quando o objetivo é o desenvolvimento. Lamentavelmente isso não é verdade, tanto assim que Singer desenvolve sua tese, embora suponha sempre que há o desenvolvimento. Assim mesmo, não consegue obter nenhum resultado contundente, além de inúmeras vezes ser surpreendido dando ênfase principal ao crescimento econômico e à renda *per capita*.

O que o autor parece esquecer, é que a problemática do desenvolvimento, obviamente, só existe em áreas (estruturalmente) subdesenvolvidas e de baixo crescimento econômico. Principalmente neste caso, é que podemos e devemos estudar as questões populacionais. Vale a pena recordar que não é por acaso que, exatamente nessas áreas, se observam as maiores taxas de crescimento vegetativo populacional.

A discussão contemporânea não trata da viabilidade do desenvolvimento (enfoque dado pelo autor) mas de definir uma estratégia em que se incluam as variáveis demográficas endôgenamente nos modelos econômicos para atingir os objetivos anteriormente mencionados.

De certa forma, o autor divaga entre idéias de ritmo ótimo de crescimento populacional e dimensão ótima de população, gerando, assim, certa inconsistência no trabalho e confusão para o leitor mais atento. Por exemplo: afirma que, no primeiro estágio de

desenvolvimento, é irrelevante a diferença entre 15 milhões ou 70 milhões de pessoas (pág. 58).

De certo modo, Singer conclui na primeira quarta parte da obra (pág. 58) a discussão a respeito do assunto para países subdesenvolvidos no primeiro estágio de desenvolvimento.

Embora tenha exaurido praticamente o assunto com essa afirmativa, o autor prossegue na pesquisa, verificando outras relações no modelo adotado.

Ao analisar as relações entre o tamanho da população e tamanho do mercado, o autor lança mão de inúmeros estudos e faz alguns exercícios estatísticos interessantes.

Apesar de precisar o conceito de mercado interno (pág. 61), não o utiliza ao calcular coeficientes de correlação entre tamanho médio de estabelecimentos industriais e população. Assim, elabora exercícios que não têm sentido prático e não são estatisticamente relevantes. É evidente que o tamanho dos estabelecimentos depende do mercado, mas não necessariamente apenas do mercado interno. Como o autor dá ênfase ao mercado interno, comete inconsistência ao simplificar os exercícios considerando a população do país e o PNB, sem excluir deste a parcela que se destina às exportações (mercado externo). Isto não é relevante para os EUA, porém tem grande importância para os demais países industrializados considerados. Se tal fato fôsse verdadeiro, não haveria razão para o autor classificar algumas economias de coloniais, e nem tecer considerações a respeito das dificuldades de melhor divisão internacional de trabalho e relações de troca.

A contradição fica mais evidente, quando o autor reconhece que a maioria dos países se constituem em mercado das nações industrializadas, e por isso mesmo, a substituição de importações é a estratégia que inúmeras nações vêm adotando para o desenvolvimento. Estatisticamente o exercício é irrelevante, não apenas por causa desse viés, mas, ainda, por incluir apenas sete nações dentre as consideradas desenvolvidas.

No mesmo capítulo, o autor assinala a importância do tamanho da população (mercado) para a implantação de indústrias com

grau de eficiência mínimo. Este tipo de preocupação (própria do empresário) se opõe às observações internacionais assinaladas por Bain e citadas anteriormente por Singer na pág. 63. "Além disso, as diferenças internacionais observadas de tamanho de estabelecimento são as mais difíceis de explicar . . . , estão associadas com uma proporção substancialmente maior da produção industrial que provém de estabelecimentos de tamanho ineficientemente pequeno."

Em outras palavras, Bain aponta que, apenas em duas nações, observa-se que a maioria das indústrias operam acima do mínimo ótimo de produção, e portanto, isto não se deveria constituir num elemento de maior relevância no tema em debate, se o autor pretendesse ser realista e consistente com os estudos que manuseou.

No caminho sinuoso trilhado por Singer, deparamo-nos inúmeras vezes com simplificações que êle antecipadamente nega, indicando-nos, de certa maneira, que também considera o modelo altamente irrealista. Assim, por exemplo: embora ponha a questão do desenvolvimento como fundamental e necessariamente estrutural, retorna por vezes à discussão das taxas de crescimento econômico e da renda *per capita*.

Quando não pode concluir objetivamente a respeito de um tema, o autor lança mão de elementos sociológicos para apontar a importância da população no processo. Este é o caso ao afirmar "que se a economia se mostra incapaz de desenvolver-se no ritmo necessário, então a pressão política e social dos que estão excluídos da divisão social do trabalho pode levar a transformações institucionais que acelerem a taxa de desenvolvimento" (pág. 78) .

A idéia central da tese é o papel estratégico do setor de subsistência como fornecedor de excedentes de mão-de-obra, de alimentos e matérias-primas agrícolas ao setor de mercado interno. Aqui, o autor deixa entrever que o *objeto é a economia e o meio a população*. De certa maneira é um malthusianismo às avessas. Em nenhum momento durante a obra, concebe o autor a idéia abstrata, porém fundamental, de bem-estar dos povos. Se o objetivo é o desenvolvimento, então, por que não contar com uma "reserva de mão-de-obra" no setor de subsistência? (esta é a proposição do autor) .

Contrariamente se encontram aqui o socialista e o mercantilista Singer, que, a título de prover o setor de mercado interno com mão-de-obra, não reluta em indianizar tôdas as nações que pretendam desenvolver-se.

As hipóteses básicas de não mecanização da agricultura, a não consideração do período de maturação dos investimentos com intensivo emprêgo de mão-de-obra e baixa produtividade (exemplos indiano e chinês), tira conteúdo ao trabalho, por não considerar o caráter social da questão e negar o efeito demonstração. Esquece-se o autor que a Índia e a China adotaram essas medidas como paliativo da situação econômica e social por que passavam, e não como estratégia planejada de desenvolvimento.

Aspeto curioso na tese é que em nenhum momento o autor se preocupa com a qualificação da mão-de-obra que se desloca do setor de subsistência para o setor de mercado interno. Tudo ocorre sin cronicamente e sem problemas. Todos os imigrantes rurais encontram emprêgo e estão capacitados (embora sem preparação) para exercer as novas funções e atividades. Tal simplificação no modelo é extremamente interessante, mas altamente irrealista. A verdade é que a questão existirá inevitavelmente e tem-se constituído num dos mais sérios óbices ao desenvolvimento por suas relações com as necessidades de acumulação de capital. Aliás, na abordagem das necessidades de capital para o desenvolvimento, o autor deixa transparecer a figura do apologista da *quase* estagnação.

Nos seus modelos admite, no máximo, a taxa de crescimento de 6% para o PNB. Isto talvez decorra do fato de que, não admitindo a possibilidade de uma redução na taxa de crescimento demográfico, não vê como se possa almejar a taxas mais altas de crescimento do PNB, isto é, de aumento do produto *per capita* e, conseqüentemente, uma redução no hiato entre os países desenvolvidos e os que ainda não o são.

É estranho que ao citar Coale, por exemplo, Singer não pareça se dar conta que aquêle autor está preocupado com o problema de acumulação de capitais em países de baixa renda *per capita*.

Na análise sobre emprêgo, Singer conclui que existe uma taxa ótima de migração rural, determinada em função de duas variáveis:

- 1) taxa de crescimento do excedente alimentar comercializável no setor de subsistência;
- 2) procura de fôrça de trabalho nos setores de mercado.

Após algumas elaborações matemáticas, conclui, no entanto, pela dificuldade de verificar uma relação quantitativa entre aumento da oferta de fôrça de trabalho decorrente da migração rural, e a expansão de produção que gera acréscimo de demanda de mão-de-obra no setor de mercado interno. Em outras palavras, apesar do esforço despendido, não consegue chegar a nenhuma conclusão pragmática.

Finalmente e à guiza de informação, vale a pena arrolar as conclusões implícitas do autor, no que se refere ao Brasil:

- 1) o nosso desenvolvimento teria sido satisfatório nos últimos anos;
- 2) estamos no segundo estágio de desenvolvimento;
- 3) é economicamente vantajoso e oportuno promover a redução da fecundidade, não apenas por estarmos nesse estágio, mas ainda, por que já teríamos praticamente atingido o nível mínimo ótimo de mercado.





Pesquisa e planejamento. v. 1 — n.º 1  
jun. 1971 — Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento  
Econômico e Social, 1971 —  
v. semestral

1. Economia — Periódicos. 2. Economia — Brasil  
I. Brasil. Instituto de Planejamento Econômico e Social



CDD. 330.05  
CDU. 33:6(81) (05)



Composto e impresso nas oficinas do  
Serviço Gráfico da Fundação IBGE, em  
Lucas, Rio de Janeiro, CB - Brasil.

